



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019

(da Comissão de Finanças e Tributação)

Solicita informações ao Ministro da Economia sobre os estudos realizados pelo Governo Federal quanto à privatização da Telebras e ao lançamento de outros satélites pela empresa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 114 e 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre os estudos realizados pelo Governo Federal quanto à privatização da Telebras e ao lançamento de outros satélites pela empresa.

Nesses termos, requisita-se:

- 1) os estudos realizados pelo Governo Federal que fundamentaram a inclusão da Telebras na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos e o anúncio da possível privatização da empresa;
- 2) a relação dos órgãos e entidades de Governo, da área civil e militar, consultados pelo Ministério no processo de elaboração dos estudos de que trata o item 1);
- 3) os estudos de impacto socioeconômico que possam ter sido recomendados por esse Ministério, ou por algum dos órgãos ou entidades por ele consultados, com vistas a oferecer subsídios para a elaboração do eventual modelo de privatização;

- 4) os estudos referentes à viabilidade do lançamento de outros satélites pela Telebras, em adição ao SGDC-1;
- 5) os estudos com o impacto orçamentário e financeiro, bem como os possíveis prejuízos.

JUSTIFICAÇÃO

No último 21 de agosto, o Governo Federal anunciou uma lista de 9 empresas estatais que devem ser privatizadas nos próximos anos. Uma das instituições constantes dessa relação é a Telebras, hoje responsável pela gestão do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – o SGDC. Em complemento, a empresa desempenha papel central na execução do programa Gesac, que oferece conexão gratuita à internet para escolas rurais e postos de saúde em todo o território brasileiro, além de outros projetos de inclusão digital.

Com custo de R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos, o SGDC foi lançado em maio de 2017, mas só começou a operar comercialmente este ano, após a solução de sucessivas pendências judiciais e administrativas envolvendo a contratação da Viasat – empresa escolhida pela Telebras para atuar como parceira na implantação e comercialização dos 50 mil pontos de conexão à internet oferecidos pelo satélite em banda Ka.

Nesse contexto, é oportuno lembrar que a capacidade de dados do SGDC em banda X é destinada exclusivamente para comunicações militares, visando ao atendimento das necessidades das Forças Armadas. Em conjunto com a Telebras, o Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica também têm importante participação na gestão dos Centros de Operações Especiais do satélite, responsáveis pelas ações de controle do veículo.

Ocorre que o anúncio da possível privatização da Telebras foi acompanhado de grande preocupação por parte de especialistas e Parlamentares. Essa preocupação foi reiteradamente manifestada na reunião de audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, em 22 de agosto. O aspecto que gerou maior apreensão diz respeito a eventuais ameaças à segurança nacional e à soberania do País decorrentes da venda da empresa, visto que o satélite é utilizado como suporte para aplicações militares

estratégicas, cuja execução não pode ser delegada para instituições privadas.

Trata-se, portanto, de um assunto complexo e com múltiplas dimensões, envolvendo questões que vão desde a destinação dos projetos de inclusão digital executados pela empresa, até os desafios inerentes à garantia da confidencialidade das informações estratégicas que trafegam pelas redes da estatal.

Por esse motivo, é imprescindível que a Comissão receba informações sobre os estudos já realizados pelo Governo Federal até o momento a respeito de eventuais transformações na composição acionária e na governança da Telebras. Ainda que o processo da possível privatização da empresa ainda se encontre em estágio embrionário, há forte expectativa de que o Governo Federal já tenha realizado levantamentos e avaliações preliminares que justifiquem a inclusão da Telebras entre as 9 empresas prioritárias inseridas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, dentre o universo de 134 estatais em operação no País.

Embora já tenha sido aventada a possibilidade da exclusão do segmento militar dos setores que serão objeto da privatização, restou patente no evento realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia a dificuldade prática de dissociação entre as operações terrestres e espaciais da Telebras. Essa situação fática certamente criará grandes obstáculos na identificação do modelo mais apropriado para a alienação da empresa, o que só revela a importância da avaliação detalhada do Parlamento sobre a viabilidade, os impactos e os riscos inerentes à privatização, considerando-se as mais diversas perspectivas em torno da matéria.

Em complemento, considerando que, na sua origem, o programa espacial brasileiro previa o lançamento de mais dois artefatos ao longo dos próximos anos (o SGDC-2 e o SGDC-3), também solicitamos informações referentes aos estudos de viabilidade para a operação de outros satélites pela Telebras, em adição ao SGDC-1.

Sala da Comissão, em 9 de outubro de 2019.

Deputado **SÉRGIO SOUZA**
Presidente